
A HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

(THE HISTORY OF THE BRAZILIAN LANGUAGE OF SIGNS)

Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo¹

Aline Cristina Clemente Braga²

RESUMO

Este artigo teve por objetivo expor a história da Língua Brasileira de Sinais e conseqüentemente da comunidade surda: desde a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos até o período da ditadura oralista. Exaltam-se as principais conquistas conseguidas pela comunidade surda e desmistificam-se algumas crenças sobre as línguas de sinais. É uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, embasada nos estudos de Gesser (2009), bem como nos livros de Gesser (2012), Goes e Campos (2013) e Sacks (2010). Constata-se que o preconceito foi o principal motivo para o retrocesso linguístico e cultural sofrido pela comunidade surda brasileira durante o período oralista. Há uma dívida histórica com os surdos pátrios, pois o preconceito ainda permeia a nossa sociedade por falta de conhecimento básico sobre o surdo, sua história e sua capacidade. A Língua Brasileira de Sinais, apesar de já reconhecida como segunda língua oficial do Brasil, ainda não é ofertada na maioria das escolas públicas regulares e particulares de nosso país. A luta iniciada no período imperial permanece atemporal, motivo por que o ensino e o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais em todo o Brasil é um desejo e objetivo da comunidade surda.

Palavras-chave: Libras. Preconceito. Comunidade surda. Língua. Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this article was to expose the history of the Brazilian Sign Language and consequently the deaf community: from the creation of the National Institute of Education of the Deaf until the period of the oral dictatorship. The main achievements of the deaf community are exalted and some beliefs about sign languages are demystified. It is a bibliographical and qualitative research, based on the studies of Gesser (2009), as well as in the books of Gesser (2012), Goes and Fields (2013) and Sacks (2010). It is observed that prejudice was the main reason for the linguistic and cultural regression suffered by the Brazilian deaf community during the oral period. There is a historical debt to the deaf patriots, because prejudice still permeates our society because of lack of basic knowledge about the deaf, its history and its capacity. The Brazilian Sign Language, although already recognized as the second official language of Brazil, is still not offered in most of the regular and private public schools in our country. The struggle begun in the imperial period remains timeless, which is why the teaching and recognition of the Brazilian Sign Language throughout Brazil is a desire and purpose of the deaf community.

Keywords: Libras. Prejudice. Deaf community. Language. Brazil.

¹ Pós-doutora em Educação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: helena.marinho@uece.br

² Docente da Educação Básica do Município de Eusébio, CE. E-mail: cristina.braga@aluno.uece.br

1 INTRODUÇÃO

Para contar a história de como surgiu e foi reconhecida, tornando-se oficialmente a segunda língua do Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), voltaremos no tempo, a meados do século XIX, quando a forma de governo em vigor era imperial e o chefe de Estado era o Imperador D. Pedro II. De modo mais preciso, voltaremos ao mês de junho de 1855, mês em que chegou ao Brasil, vindo de Paris, o professor surdo francês Hernest Huet.

O referido docente, que já havia cursado seu mestrado (le master) e outros cursos em seu país de origem, veio ao Brasil convidado por D. Pedro II com a intenção de aqui fundar uma escola de surdos, que seria a primeira em nosso país. Segundo Leichsenring (2016, p.2) “o objetivo de Hernest Huet era criar uma escola para surdos, tendo como base o método de Comunicação Total”. Consoante Santos (2006, p. 5 apud LEICHSENRING, 2016, p. 2) “tinha como objetivo aumentar as possibilidades de comunicação dos surdos no meio familiar e escolar, possibilitando, dessa forma, construir conceitos sobre si mesmo e sobre seu meio”.

O professor Huet trouxe na mala esse projeto escolar para os surdos brasileiros, que logo foi apresentado ao imperador. No documento apresentado, além de expor a sua formação acadêmica, também relatava sua experiência como diretor de uma instituição para surdos na França: o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges. D. Pedro II agradou-se do projeto, que era algo inovador para a educação da época, visto que não havia um ensino voltado para a educação de surdos no Brasil, por isso ele prontamente apoiou a iniciativa de do professor Huet, incumbindo ao Marquês de Abrantes a tarefa de chefiar a construção da primeira escola para surdos no Brasil. Além do fato de não possuir escolas para surdos, o outro fator que motivou D. Pedro II a construir e arcar com as despesas da escola foi a preocupação com o ensino do seu neto surdo (LEICHSENRING, 2016, p. 2).

O uso da língua de sinais voltou a ser usado na instituição no final da década de 1970, quando o instituto aderiu à filosofia educacional da Comunicação Total, que tinha inicialmente o objetivo de promover a comunicação, a linguagem gestual e o alfabeto manual, os quais faziam parte da nova grade curricular. Porém, com o passar do tempo, foi percebido que a língua de sinais não havia voltado ao instituto como a língua natural dos surdos, mas como uma ferramenta para que o oralismo desse certo. Kalatai e Streiechen (2012, p.7) explicam que “o método da Comunicação Total não surge para fazer negação ao Oralismo, que até então vigorava na educação de surdos”.

Pinto (2006, p. 1), enfatiza que a criação da primeira escola para surdos aqui no Brasil tinha a intenção de que “[...] os surdos deveriam ser ensinados para trabalhos manuais de forma a serem aproveitados em uma atividade produtiva”. Ou seja, a criação da primeira escola para surdos no Brasil tinha como objetivo tornar os surdos aptos para exercer uma profissão, uma função financeira na sociedade. O intuito nunca foi incluir o surdo, mas torná-lo produtivo. Segundo o *site* oficial do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES, 2012, p. 1), os alunos frequentavam as aulas profissionalizantes “[...] de acordo com suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e artes plásticas. As oficinas de bordado eram oferecidas às meninas que frequentavam a instituição em regime de externato”.

Esse artigo foi desenvolvido com base nas seções: 1. Introdução, 2. O nascimento de uma nova Língua, 3. Resistência à luz de velas, 4. A conquista da comunidade surda brasileira, 5. Dúvidas frequentes sobre a Libras, 5.1 A língua de sinais é mímica?, 5.2. A língua de sinais é artificial?, 5.3. A língua de sinais é o alfabeto manual?, 5.4. A língua de sinais tem gramática?, 5.5. A língua de sinais é uma versão simbolizada da língua oral?, 5.6. A língua de sinais tem suas origens histórica na língua oral? 5.7. A língua de sinais é universal?, 5.8. A Libras “falada” no Brasil apresenta uma unidade? Seguidas das Considerações finais e referências.

2 O NASCIMENTO DE UMA NOVA LÍNGUA

Ainda consoante o *site* oficial do INES, o instituto foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1856, com a nomenclatura de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Nesta mesma data foi publicada a proposta de ensino apresentada por Huet, trazendo em sua grade curricular as disciplinas de Linguagem Articulada, Aritmética, Língua Portuguesa, História do Brasil, Geografia, Escrituração Mercantil, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios.

Até o ano de 1856 os surdos brasileiros não tinham tido acesso a qualquer língua de sinais; a comunicação dos surdos se limitava a sinais caseiros criados no núcleo familiar, gestos particulares de cada família que só serviam para se ter um mínimo de comunicação com seus familiares, mas que de nada serviam para se comunicar com outros surdos ou com outras pessoas fora de sua esfera familiar. O Imperial Instituto dos Surdos-Mudos foi o primeiro local em que os surdos tiveram contato com uma língua de sinais. Leichsenring (2016, p. 2) explica que “nesta época foi instituída uma língua de sinais, para que os surdos brasileiros se comunicassem e aprendessem de forma mais eficaz e padronizada”.

De acordo com Goes e Campos (2013), Huet utilizava os seus próprios métodos de educação de surdos aprendidos no Instituto de Surdos-Mudos de Paris na hora de dar aulas. Ele e sua esposa, que cuidava das meninas surdas, precisavam se comunicar com os alunos surdos da instituição, os quais tanto estudavam como moravam no instituto (regime de internato); para isso, utilizavam a Língua de Sinais Francesa (LSF).

Foi dessa forma que os educandos surdos brasileiros tiveram o primeiro contato com uma língua de sinais e nela encontraram a chance de se comunicarem. Goes e Campos (2013, p. 69) explicam que: “foi nessa escola que surgiu a mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, e a Libras foi então se configurando”.

Dessa forma, o uso da língua de sinais começava a acontecer no Brasil e a LSF serviria de base para a construção da nossa própria língua de sinais. Segundo o *site* do INES (2012, p. 1), “a língua de sinais praticada pelos surdos no Instituto – de forte influência francesa, em função da nacionalidade de Huet – foi espalhada por todo o Brasil pelos alunos que regressavam aos seus estados ao término do curso”. Nas palavras de Goes e Campos (2013, p. 69), “[...] cada língua foi se transformando de acordo com a cultura de seu país”.

Passaram-se anos e por muito tempo o instituto recebeu alunos de todo o país, inclusive de países vizinhos, por ser a única escola do Brasil e a única escola geograficamente mais próxima especializada para surdos. Nessa época o instituto tornou-se referência sobre assuntos de educação, socialização e profissionalização de surdos. A instituição fundada por Huet era bastante requisitada, possuindo alguns educandos mantidos pelo imperador ou por ordens religiosas e também alunos custeados pela família.

As ordens religiosas custeavam o ensino de alunos surdos porque, nas palavras de Pinto (2006, p. 5), “[...] atitudes caritativas e de auxílio ao próximo faziam parte dos preceitos religiosos, o que fica evidente quando padres, abades ou ordens inteiras se responsabilizam pelo cuidado e educação dos surdos”. É válido ressaltar que a educação de surdos não só no Brasil, mas também em outros países, é a existência de duas vertentes, a saber: a religiosa e a médica. A religiosa justamente por seus preceitos religiosos e a médica porque a surdez era vista como uma deficiência, ocasionada por uma anomalia orgânica.

3 RESISTÊNCIA À LUZ DE VELAS

Devemos lembrar que o Brasil, desde que foi descoberto, em diversos âmbitos se espelhou na postura de outros países mais desenvolvidos, e não foi diferente na educação para

surdos. Nos países europeus e em outros, a visão clínica sobre a surdez se intensificava, ou seja, o surdo era cada vez mais visto como alguém deficiente/doente que deveria ser “curado” a qualquer custo, pois era intolerável naquela época ser diferente do que era considerado “normal”. Alpendre e Azevedo (2008, p. 2) explica que Samuel Heinick defendia a proposta de uma educação exclusivamente com método oral,

[...] surgindo as primeiras noções do que hoje constitui a filosofia educacional oralista. Essas alternativas educacionais se tornaram alvo de disputas. O uso dos sinais ainda continuava sendo aceito no atendimento educacional, assim como a participação de professores surdos, mas o método oralista divulgou-se, foi ganhando adesões crescentes e veio a alterar esse cenário.

A visão clínica do surdo e essa intolerância ganhou força e repercussão no ano de 1880, quando o prestigiado e reconhecido Alexander Graham Bell foi a favor do ensino oralista para os surdos, no célebre Congresso Internacional de Educadores de Surdos, que ocorreu em Milão. Curiosamente esse congresso, que tinha como objetivo discutir a educação de surdos, excluiu os professores surdos da votação sobre o modelo de educação que deveria ser seguido. De acordo com Afonso (2010,p.4), este congresso foi “ardilosamente arranjado para produzir o efeito desejado e nessa medida, proibiram os educadores Surdos de participar (embora um tenha conseguido entrar) e os congressistas foram maioritariamente italianos e franceses.” (apud LANE, 1997, p.110).

Com o apoio de Graham Bell, o ensino oralista venceu, e o ensino e o uso da língua de sinais foram abolidos das escolas. Neste momento, todo o trabalho e avanços que as comunidades surdas haviam conseguido durante um século começavam a ser desfeitos. Sacks (2010, p. 35) explica que “o oralismo e a supressão da língua de sinais acarretaram uma deterioração marcante no aproveitamento educacional das crianças surdas e na instrução dos surdos em geral”.

É válido explicar que o método oralista defendia que a forma de ensino mais eficaz de educar os surdos era através da oralização, ou seja, o aluno deveria aprender a falar. A grande questão ignorada pela maioria da época era: “Como o surdo irá falar se ele não ouve?”. O processo de oralização era lento se comparado ao processo de aprendizagem da língua de sinais pelo surdo, e nem sempre um resultado era alcançado. Infelizmente esse fato era ignorado por grande parte dos estudiosos.

No ano de 1957, Ana Rímola de Faria Daoria assumiu a direção da instituição brasileira e proibiu oficialmente o uso dos sinais nas salas de aula. Gesser (2012, p. 85) revela que “há relatos de surdos que tinham suas mãos amarradas e recebiam castigos corporais

quando tentavam se comunicar em sua própria língua”. Aqueles que havia tão pouco tempo tinham descoberto que poderiam se comunicar e se expressar, que através da língua de sinais começavam a compreender o mundo à sua volta, a entender o significado de hábitos ou objetos simples do cotidiano, foram obrigados a não utilizar a língua que havia dado sentido à vida deles.

Campos (2013, p. 31) revela que “este fato provocou uma revolta entre os surdos, pois a proibição de sua própria língua prejudicaria suas identidades, cultura e educação”. Quão cruel foi o “padrão de normalidade” imposto pelos ouvintes da época, a ponto de condenar ao silêncio aqueles que tanto tinham para falar só porque a forma como eles poderiam falar não era a esperada.

Foi nesse momento, entre tanta intolerância e opressão, que a história dos surdos tomou outro rumo. Assim como a flor de lótus, que nasce em meio à lama, os surdos encontraram uma forma de florescer como comunidade, mesmo rodeados de tanto preconceito. Segundo Goes e Campos (2013, p. 70), “Mesmo com a proibição, os alunos surdos continuaram usando a língua de sinais nos corredores, nos pátios da escola e alguns se comunicavam escondidos dos professores e funcionários”.

A resistência também ocorria na calada da noite; no meio de escuridão velas eram acesas, e as paredes ganhavam vida com as sombras das mãos dos alunos surdos, e uma comunidade nascia, resistia e construía sua própria língua. Sinais eram ensinados, outros eram criados ou simplificados, conversas aconteciam. Os surdos não queriam e não poderiam voltar ao silêncio. Barros (2010, p.1) assinala que:

A proibição oficial do uso da LIBRAS não impediu que os Surdos se reunissem às escondidas para tentar desenvolver uma comunicação gestual. Com o crescimento e articulação interna desses grupos de resistência ao oralismo, foi surgindo em todo o país várias associações para Surdos.

A cada noite eles resistiam, as chamas das velas eram novamente acesas e as mãos expressavam o que os lábios, por mais aulas de oralização que recebessem, não conseguiam expressar. Os olhos atentos dos companheiros surdos davam a importância merecida e a compreensão que eles tanto queriam e que lhes era negada por conta do método oralista. As férias eram o momento propício para disseminarem os novos sinais, os surdos voltavam para suas cidades e lá ensinavam aos outros surdos a língua de sinais, dessa forma a comunidade se fortalecia.

Assim, o instituto, que originalmente tinha o objetivo de tornar os surdos apenas produtivos e falantes, tornou-se o berço da Libras. Os surdos foram além do que se tinha esperado deles, tornaram o local que os oprimia em um espaço de encontro e crescimento. Aquele que seria o palco de discriminação e injustiça apresentou o espetáculo da resistência de um povo, a sua união e esperança que havia nos olhos e nas mãos dos alunos surdos do instituto. Tudo isso à luz de velas, pequenas chamas que revelavam, em meio à escuridão, que certo trecho do nosso Hino Nacional ali se concretizava: “Verás que um filho teu não foge à luta”.

4 AS CONQUISTAS DA COMUNIDADE SURDA BRASILEIRA

Após alguns anos em que o oralismo estava em vigor, de acordo com Campos (2013, p. 31), “Foi observado que os surdos, por meio desse método - Comunicação Total - não apresentavam progressos no desenvolvimento linguístico, cognitivo, afetivo e de linguagem [...]”, isto é, o oralismo era um verdadeiro fracasso que havia prejudicado o desenvolvimento de muitos discentes surdos.

Em 1960, o linguista americano William Stokoe, através de suas pesquisas, comprovou que a língua de sinais possuía a estrutura linguística de uma língua genuína, uma grande descoberta que mudaria a forma como a língua de sinais vinha sendo tratada.

No ano de 1994, foi lançada a Declaração de Salamanca, uma resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que tratou dos princípios, da política e da prática da Educação Especial. A Declaração de Salamanca contribuiu para a consolidação da Educação Inclusiva. Em seu parágrafo 21, ela traz que devem ser levadas em consideração nas políticas educativas as diferenças individuais e as situações distintas; no caso dos surdos, é garantido o acesso à língua de sinais do seu país. Nesta época a Libras ainda não havia sido reconhecida como língua.

Segundo o *site* do INES (2012, p. 1):

Em 1993, um projeto de lei deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação em âmbito federal, culminando com a criação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, seguida pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta.

Outros decretos e leis que tinham como objetivo promover a educação inclusiva garantiram mais direitos aos surdos, infelizmente alguns desses direitos muitas vezes são desrespeitados. A luta dos nossos irmãos surdos brasileiros pela igualdade de possibilidades e

pela defesa dos seus direitos ainda não acabou. A visão clínica da surdez ainda perdura, alimentando o preconceito e os mitos que envolvem os surdos. Nas palavras de Gesser (2012, p. 95): “Reconhecer e usar a língua de sinais é um grande passo, mas são necessários outros tipos de lutas e movimentos para garantir aos surdos uma educação de qualidade e oportunidades de participação na vida social”.

Quanto ao Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente com a denominação de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), segue a proposta educacional bilíngue. O INES tem como uma de suas atribuições subsidiar a construção da Política Nacional de Educação de Surdo. Além disso, segundo a página virtual do INES (2012, p. 1), o instituto é:

Único em âmbito federal, o INES ocupa importante centralidade, promovendo fóruns, publicações, seminários, pesquisas e assessorias em todo o território nacional. Possui uma vasta produção de material pedagógico, fonoaudiólogo e de vídeos em língua de sinais, distribuídos para os sistemas de ensino. Além de oferecer, no seu Colégio de Aplicação, Educação Precoce e Ensinos Fundamental e Médio, o Instituto também forma profissionais surdos e ouvintes no Curso Bilíngue de Pedagogia, experiência pioneira no Brasil e em toda a América Latina.

Como já mencionado os estudos do linguista americano Willian Stoke em 1960, serviram de base para que no Brasil, já no final da década de 1980, os surdos liderassem um movimento para que houvesse a oficialização da Libras.

Na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 205, a educação é priorizada e garantida como um direito de todos, sendo dever do Estado e da família proporcionar essa educação para o desenvolvimento pleno da pessoa; também são assegurados o direito e o respeito às diferenças. Já o artigo 208 sensibiliza as comunidades escolares para que haja acesso e também permanência do aluno surdo ao ensino regular. Essa Constituição possibilitou aos surdos o direito à educação diferenciada, assegurando-lhes também o direito à sua diferença cultural no artigo 215 (CAMPOS, 2013).

5 DÚVIDAS FREQUENTES SOBRE A LIBRAS

Infelizmente ainda há muito preconceito e crenças envolvendo a surdez, o surdo e a sua língua. Como o foco deste texto é trazer informações sobre a Libras, resolvemos neste tópico esclarecer aquelas que são as principais dúvidas existentes sobre a Libras. Estas questões foram retiradas do livro *Libras? Que língua é essa?*, de Gesser (2009), e as respostas serão embasadas nas informações contidas neste livro e em outros autores.

a. A língua de sinais é mímica?

A língua de sinais não é mímica, sendo esse o principal mito que há e que denigre a imagem do surdo, subestimando a sua capacidade de comunicação. A primeira diferença entre a língua de sinais e a mímica é que a língua de sinais possui em sua estrutura elementos linguísticos encontrados em qualquer língua oral, o que a mímica não possui. A segunda diferença é que a mímica (ou pantomima) tenta fazer com que o objeto seja enxergado em seus gestos, enquanto a língua de sinais tenta fazer com que seja enxergado o sinal convencionado para o objeto em questão. Quando a comunicação acontece pela Língua de Sinais “[...] o primeiro aspecto a considerar é que essas línguas utilizam a modalidade visuoespacial, que se distingue da modalidade oral-auditiva, utilizada pelas línguas orais”. (SALLES, 2004, p.78).

b. A língua de sinais é artificial?

A língua de sinais não é artificial, ou seja, não é um código criado para a comunicação. A língua de sinais é a língua natural dos surdos, pois evoluiu com a comunidade surda, e é essa característica que comprova que ela não é um código. Assim como na Língua Portuguesa a palavra “vossa mercê” evoluiu até chegar ao “você”, palavra tão comum em nosso cotidiano, na língua de sinais os sinais também evoluem.

Goes e Campos (2011, p.65) sinalizam que:

a língua natural das pessoas surdas, a Libras é parte da cultura das comunidades surdas. São consideradas línguas artificiais aquelas inventadas por um determinado grupo para um propósito específico, para comunicação internacional, por exemplo. No caso das línguas de sinais, foi criado o Gestuno, conhecido como um sistema de sinais internacionais – mencionado em um Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos em 1951 – e que vem sendo utilizado em eventos internacionais para facilitar a comunicação entre surdos de vários países.

c. A língua de sinais é o alfabeto manual?

O alfabeto manual é um código de representação das letras alfabéticas. Ele serve para soletrar manualmente as palavras e é utilizado pelos falantes da língua de sinais quando não existe um sinal para determinada palavra. Também é utilizado para nomes próprios, siglas e nomes de lugares que ainda não possuem um sinal na língua de sinais para os representar. Em outros termos, o alfabeto manual é apenas um recurso que também é utilizado pelos surdos; ele não é a língua de sinais, pois a língua de sinais não se limita apenas a um alfabeto.

d. A língua de sinais tem gramática?

Os estudos de William Stokoe, de 1960, comprovaram que a língua de sinais tem gramática. Três parâmetros que constituem os sinais foram apontados por Stokoe quando descreveu os níveis morfológicos, sendo eles: a configuração de mão (CM), o ponto de articulação (PA) e o movimento (M). Na década de 1970, os linguistas Robbin Battison, Edward S. Klima e Ursulla Bellugi descreveram o quarto parâmetro: a orientação da palma da mão (O). Na língua de sinais, as expressões faciais e os movimentos de cabeça também são elementos gramaticais. Goes e Campos (2011, p. 65) destacam também que a gramática da língua de sinais pode sofrer variações a depender do contexto comunicativo: formal, informal, regional e padronizado. A Libras é, portanto, uma língua utilizada pelos surdos como forma de comunicação visual-espacial.

e. A língua de sinais é uma versão sinalizada da língua oral?

A língua de sinais e a língua oral – no caso do Brasil, a Libras e a Língua Portuguesa – são duas línguas distintas que possuem estruturas diferenciadas, tendo em comum apenas o fato de serem as duas línguas oficiais do Brasil. Todas as línguas de sinais independem das línguas orais em sua concepção linguística.

Salienta Bernardino (2000, p. 29) que:

[...] a língua é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. O Bilinguismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral.

f. A língua de sinais tem suas origens históricas na língua oral?

Cada língua de sinais surgiu a partir de uma outra língua de sinais, um exemplo disso é a Libras, que tem sua origem na Língua de Sinais Francesa. Se pararmos para analisar a história da humanidade desde o princípio, perceberemos que o uso de sinais para a comunicação antecede ao da fala vocal, isto é, a língua oral evoluiu a partir de um sistema gestual; é a língua oral que tem suas origens históricas em um sistema gestual.

Sobre a percepção do oralismo em relação à surdez, Goldfeld (2002, p. 34) enfatiza que:

O Oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Essa estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma reabilitação da criança surda em direção à normalidade.

g. A língua de sinais é universal?

Como já pontuamos, a língua de sinais não é um código, portanto é impossível que seja universal, pois como cinco continentes utilizariam uma única língua sem que houvesse alterações? Existe uma unificação na língua oral? A língua portuguesa que utilizamos é a mesma utilizada há cem anos? A língua é viva, seja ela de sinais ou oral, sempre estará em metamorfose, não há como universalizá-la, não há como engessá-la. É impossível querer ou pensar que uma única língua se manterá igual em cinco continentes distintos.

Consoante Goes; Campos (2011, p.65):

a língua de sinais não é universal e cada país tem a sua própria, como acontece com as línguas orais: a língua portuguesa, a língua inglesa, a língua espanhola, a língua alemã. Vale lembrar que a Libras não é a tradução da língua portuguesa, ou seja, não se trata de realizar o português sinalizado; a Libras é uma outra língua com gramática e características próprias. O português sinalizado foi difundido na década de 1970 pela filosofia do bimodalismo/comunicação total, cujo objetivo era utilizar os sinais como ferramentas para o aprendizado da língua majoritária e recurso para o desenvolvimento da leitura e escrita, não assumindo a língua de sinais como língua com estrutura gramatical própria e parte de uma cultura surda.

h. A Libras “falada” no Brasil apresenta uma unidade?

Assim como todos os brasileiros não falam o mesmo português, os surdos também não usam a mesma Libras. A variedade linguística não é algo apenas da Língua Portuguesa. Essas variedades estão ligadas aos seguintes fatores, situação geográfica, raça, gênero, educação e idade. Não há língua homogênea, pois, como já afirmamos anteriormente, a língua é viva e está em constante transformação, seja ela oral ou sinalizada.

A regulamentação da Libras ocorreu por meio da Lei 10.436/2002, que em seu artigo 2º profere que deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002, p.1).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi exposto nos tópicos anteriores, podemos concluir que o preconceito foi o principal causador do retrocesso no progresso linguístico e cultural da comunidade surda brasileira. É válido ressaltar a força dessa comunidade, que – outrora desejada apenas como mão de obra – conseguiu se unir, crescer e construir a sua própria língua. A luta dos alunos surdos para não perder a sua língua, sua voz sinalizada, emocionou-nos e inspira-nos a continuar lutando pela propagação e obrigatoriedade da Libras.

Foi uma grande conquista o reconhecimento da Libras como a segunda língua oficial do Brasil. No entanto, para que haja plena comunicação, ela necessita ser inserida como disciplina na grade curricular das escolas públicas regulares e particulares de ensino. É um direito humano poder se comunicar. Não podemos negar esse direito aos nossos irmãos surdos.

Concluimos este artigo com as palavras de Quadros (1997, p. 47): “não existem línguas mais ricas ou línguas mais pobres, mais concretas ou mais abstratas, mais estruturadas ou menos estruturadas”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, C. **O Congresso de Milão e a supremacia do oralismo**. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti, n° 3, jun., 2010.

ALPENDRE, E. V. AZEVEDO, H. J. S. **Concepções sobre surdez e linguagem e a aprendizagem de leitura**. Curitiba: SEED, 2008.

BARROS, E. M. . O Mundo do silêncio? Uma breve contextualização da trajetória do Indivíduo Surdo na humanidade. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, v. 7, p. 7, 2011.

BERNARDINO, E.L. **Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Decreto n° 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n° 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

BRASIL. **Lei nº10.436**. Presidência da República, Casa Civil – Brasília, 2002. Disponível em: <www.leidireto.com.br/lei-10436.html> Acesso em: 10 ago. 2019.

CAMPOS, M. L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos, SP: UFSCar, 2011. p. 29-52.

FELIPE, T. A. **Os processos de formação de palavra na Libras**. ETD - Educação Temática Digital, 7(2), 200-217. 2006. Disponível em <<https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-101710>>. Acesso em 15 ago. 2019.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GESSER, A. **O ouvinte e a surdez:** sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012.

GOES, A. M.; CAMPOS, M. L. I. L. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Org.). **Tenho um aluno surdo, e agora?**. São Carlos: UFSCar, 2011. p. 65-82.

GOLDFELD, M. **A criança surda – linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 1997.

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Conheça o INES**. 2012. Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/index.php/conheca-o-ines>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

KALATAI, P. STREIECHEN, E. M. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia). Universidade Estadual do Centro-Oeste de Irati. 2012.

LEICHSENDRING, T. L. **Educação de surdos brasileiros:** de Dom Pedro II aos desafios atuais. XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química (XVIII ENEQ). Florianópolis, SC, Brasil, 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração de Salamanca**. Salamanca: ONU, 1994.

PINTO, F. B. O silencioso despertar do mundo surdo brasileiro. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2006.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

RAMOS, C. R. **Libras:** a língua de sinais dos surdos brasileiros. Petrópolis: Arara Azul, 2004.

RODRIGUES, V. O. L. **Os direitos linguísticos no ensino de surdos no Brasil:** uma valorização de línguas? Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato nº 53, p. 343-358.

SACKS, O. W. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SALLES, H. M. M. L. *Et.al.* **Ensino de Língua Portuguesa para surdos**: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC, 2004, SEESP. v.1.

SLOMSKI, V. G. **Educação bilíngue para surdos**: concepções e implicações práticas. Curitiba: Juruá, 2010.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1994.

Recebido em: 30/08/2019
Aprovado em: 05/11/2019